

AQUELES UNS E AQUELES OUTROS UNS:

Testemunho na Tetralogia Amazônica de Benedicto Monteiro

Abilio Pacheco
(Doutorando- Unicamp / Professor - UFPA)¹


Resumo: A obra principal de Benedicto Monteiro, escritor, político, advogado, militante de esquerda e cassado após o golpe de 64, consiste na publicação de três romances, cada um deles apresentando dois narradores em contra-canto e com a inserção de material linguístico o mais variado possível (cartas, relatórios, poemas, letras de canção, fragmentos de jornais, revistas, transcrições de rádio, etc.). Nosso intento é observar como o romance Verde Vagomundo (1972 – o primeiro da tetralogia), ao narrar sobre a realidade Amazônica num contexto de exceção política provocado pelo golpe, pode ser lido em seu “teor testemunhal” ou simplesmente como “Testemunho” (SELIGMANN-SILVA, 2003; VALÉRIA DE MARCO, 2004; BATISTA, 2014; DUTILLEUX, 2011).

Palavras-chave: Literatura da Amazônia Paraense; Ditadura Militar na Amazônia; Literatura de Testemunho.

Benedicto Monteiro e sua vida literária

Benedicto Monteiro era deputado quando o golpe militar eclodiu no Brasil. Político à esquerda, amigo pessoal de João Goulart, com projetos relacionados à Reforma Agrária e um homem viajado por países de orientação marxista, inclusive China e Cuba. Antes do ingresso na vida política, ou político-partidária ou político-eleitoral, Bené já havia circulado pela vida literária, tendo publicado um livro de poemas em 1945, durante sua estada no Rio de Janeiro para estudar. Havia publicado também contos em periódicos e revistas literárias de Belém. Sua veia literária foi motivada pelo impacto que lhe causou a obra de Dalcídio Jurandir (*Chove nos campos de Cachoeira*). Nesses contos, Bené experimentava o material de linguagem que ele conhecia de sua vivência na Amazônia paraense, na região de Alenquer, mas também em uma boa extensão do rio Amazonas, desde o Alto Purus até Gurupá. Nessas andanças, Bené também coletou as falas dos ribeirinhos em fitas cassete e fez anotações em fichas, conforme afirma em sua autobiografia *Transtempo* (1993). Todo esse material foi dado fim após o golpe de 1964, quando ele foi preso e os militares invadiram seu escritório em busca de material subversivo.

¹ Doutorando no programa de pós-graduação Departamento de História e Teoria Literária – IEL-UNICAMP. Parte da pesquisa foi realizada durante o estágio na Universidade Livre de Berlin, com bolsa do DAAD. Professor na UFPA no Campus Universitário de Bragança. Escreve também em: [www.abiliopacheco.com.br]. E-mail: professor@abiliopacheco.com.br



Em entrevista que ele concede a Lúcio Flávio Pinto, em 1975, para o semanário alternativo literário *Bandeira 3*, no mesmo ano de lançamento de *O minossauro*, Benedicto Monteiro afirma que sempre militara no meio literário, antes de se dedicar aos mandatos eletivos. Entretanto, foi a militância política que lhe moveu a retornar à literatura após seus direitos políticos terem sido cassados. Esse retorno à literatura, conforme ele mesmo entende, foi uma forma de exercer sua vocação de homem público, quando estava impossibilitado de exercer suas funções políticas e mesmo a atividade de advogado. Na mesma entrevista, afirma que sua atuação política favoreceu sua experiência sobre os problemas (humanos, sociais, econômicos...) da Amazônia – que eram seu principal interesse em sua atividade político-parlamentar. Conforme afirma, “foi esse caldeamento que se operou durante essa época e que permitiu usar todo esse material” na trilogia que estava escrevendo. Na época, seu projeto era escrever uma trilogia e não uma tetralogia como resultará posteriormente.


Essa, entretanto, não foi a primeira mudança de rota em seu projeto literário. Conforme afirma no posfácio de *Aquele um*, sua

idéia inicial era escrever um romance que, pela própria linguagem, formasse a personagem e refletisse o contexto da realidade amazônica totalmente isolada do contexto histórico, político e social do resto da humanidade. (MONTEIRO, 1985, p. 222)

Foi em virtude da experiência de choque da prisão numa cela solitária que ele repensou seu projeto inicial pois

uma obra dessa natureza, naquela época de censura, repressão e violência, podia representar uma fuga dos problemas políticos e sociais que enfrentávamos e da violência particularmente desfechada contra a cultura e a civilização fluvial do homem da Amazônia. (MONTEIRO, 1985, p.222)

O resultado para a trilogia foi um conjunto de romances constituído basicamente por dois narradores em contra-canto: um narrador urbano a cada um dos três romances e um mesmo narrador caboclo, cuja linguagem é o resultado da experiência empreendida pelo autor por influência tanto da pesquisa linguística que fizera quanto da leitura da obra de Dalcídio Jurandir. Para além desses dois narradores, há ainda a inserção de um material linguístico o mais variado possível (cartas, relatórios, poemas, letras de canção, citações



de filósofos, escritores e estudiosos sobre a Amazônia, transcrições de depoimentos, fragmentos de jornais, revistas, transcrições de rádio, etc.).


Neste trabalho, procuraremos ler o romance *Verde Vagomundo* (1972), primeiro da Tetralogia Amazônica, lançando mão do conceito de literatura de Testemunho (Testimonio latino-americano e Zeugnes alemão) mas também a partir da tentativa de caracterização do testemunho brasileiro da década de 1960-70.

Literatura de Testemunho e o Testemunho na Literatura Brasileira

A Literatura de Testemunho, conforme afirma Valéria de Marco (2004), provém de duas linhas de produção e abordagens teóricas relativamente distintas a ponto de serem consideradas intraduzíveis: Testimonio latino ou hispanoamericano e Zeugnis, oriundo da Alemanha. Para Márcio Seligmann-Silva (2005), essas tendências se diferenciam:

- pelo evento - enquanto no Zeugnis temos um evento pontual e localizado (a Shoah – ou holocausto), no Testimonio não temos um evento específico, mas a “ênfase na continuidade da opressão e sua onisciência” na América Latina.
- pela pessoa que testemunha - enquanto no Zeugnis a testemunha é atravessada por um trauma e não consegue dar conta do experienciado a fim de narrar como “antes, no testimonio, não temos a mesma ‘indizibilidade’”, a testemunha é representativa de uma voz coletiva e o Testimonio é entendido no âmbito da memória e da historiografia.
- pela construção do Testemunho propriamente dito - enquanto no Zeugnis, podemos nos deparar com a literalização e com a fragmentação, no Testimonio encontramos o realismo e a fidelidade estética, ora marcado pela oralidade, ora demandando um mediador compilador.
- pela cena do testemunho - enquanto no Zeugnis, “o testemunho cumpre o papel de justiça histórica” mas também de “perlaboração (durcharbeiten, Freud) do passado traumático” pelo indivíduo, no Testimonio a narrativa tem um papel aglutinador de “populações, etnias e classes em torno de uma mesma luta”.

Ambos têm uma ampla bibliografia. O Zeugnis, principalmente na Alemanha, e o Testimonio, principalmente nas universidades norte-americanas em núcleos de pesquisa




formados por professores latinoamericanistas, que tanto escrevem em inglês sobre o Testimonio, quanto publicaram largamente no decorrer da década de 80: artigos, *papers* e ensaios em espanhol em revistas e em Anais de congressos. O resultado disso é a existência de uma poética esparsa sobre literatura de testimonio hispano-americano, cuja melhor tentativa de sistematização é a obra de Elzbieta Sklodowska, *Testimonio hispano-americano: historia, teoría, poética*.

Essa breve caracterização sobre o Testimonio e sobre Zeugnis deve ser considerada em seus amplos aspectos, pois – especialmente em narrativas mais contemporâneas a nós – os textos testemunhais podem se apresentar com características em câmbio inverso. Como afirma o professor Cornelsen (2012, p. 97), seria equivocado pensar que as marcas do Zeugnis não poderiam ser encontradas no testemunho latino-americano.

Há, entretanto, um certo limbo quanto ao testemunho brasileiro das décadas de 1960-70. Afinal, como pode ser caracterizada a narrativa testemunhal escrita e publicada sobre a ditadura militar brasileira durante o regime? A pesquisa acadêmica atual tem se debruçado sobre o testemunho brasileiro mais contemporâneo. Em busca de uma sistematização e teorização dos romances sobre a ditadura (e também sobre a perseguição judaica) publicados a partir dos anos 2000. Aqui buscamos, entretanto, compreender o testemunho brasileiro à história brasileira recente (nas décadas de 1960-70), seguindo a hipótese de que existe alguma peculiaridade no testemunho brasileiro escrito em língua portuguesa em relação ao Testimonio latino ou hispânico americano, que convive com textos produzidos conforme as tendências do Testimonio e do Zeugnis.

Suellen Batista (2014), em sua dissertação de mestrado, seguiu caminho semelhante ao analisar os contos publicados na década de 1970. Batista propõe que os contos se apropriam de aspectos do “gesto testemunhal, presentes na chamada literatura de testemunho, e os transformam em elementos da composição estética dos contos” (p.11) e elege para seu trabalho de análise três aspectos desse trabalho de ficcionalização: o processo de construção dos personagens, a seleção vocabular e as estratégias de ordenação do texto (p.62). Segundo Batista, esse testemunho se vale de “uma carga ficcional [...] uma dimensão rejeitada” pelas outras duas vertentes do Testemunho (pelo menos em suas formas paradigmáticas), para assumir função semelhante à do Testimonio ou do Zeugnis “a de servir como registro de fatos obscuros da história de um grupo, tal como a tortura durante o Regime Militar Brasileiro” (p.47).



Dutilleux (2011), em sua tese de doutorado sobre *Passagens de testemunhos na América Latina (Che Guevara, Rigoberta Menchú e “Nunca más”)*, em que historiciza a passagem do Testemunho da épica guerrilheira à tragédia direito-humanista, entremeada pelo Testemunho metonímico, defende a importância do dispositivo (conforme Foucault e Agambem) como qualificador do Testemunho. Para Dutilleux (2011, p.113) “o que define o testemunho não é o conteúdo da sua narrativa, mas a inserção desta narrativa num dispositivo que a identifica como testemunhal.” Assim, todo testemunho se apresenta como único ou diferente dos demais modelos porque:

as condições históricas de enunciação do testemunho produzem o seu enquadramento dentro de parâmetros específicos que se refletem tanto no cronotopo da narrativa (a vida de uma pessoa, alguns eventos históricos dos quais o autor participou, um período de encarceramento), na figura do narrador, na posição de enunciação do testemunho (vítima, guerrilheiro, ativista), na sua relação com outros testemunhos (metonímica, exemplar, indiciária), na sua inserção ou não numa grande narrativa, no conceito de real no qual se apoia o texto, a sua relação com a prova, o documento, a ação política... (DUTILLEUX, 2011, p.109)

O discurso do Testemunho como parte do *dispositivo* (conforme Foucault) tem como objetivo agir na medi(a)ção de forças e busca responder a uma urgência de narrar (DUTILLEUX, 2011, p.111).

O Testemunho é muito importante para o século XX. Devemos considerá-lo não exatamente com uma preocupação de taxionomia literária. O Testemunho está para além da ideia de gênero literário e, como afirma o professor Márcio Seligmann-Silva, ele

é uma face a literatura que vem à tona na nossa época de catástrofes e faz com que toda a história da literatura [...] seja revista a partir do questionamento da sua relação e do seu compromisso com o ‘real’ (2003, p. 373)

Por isso mesmo, quando afirmamos a existência de uma peculiaridade do Testemunho em língua portuguesa, não trabalhamos com a tentativa de caracterização de um gênero, mas com a de descrever o modo de manifestação do teor testemunhal nas narrativas, nos romances brasileiros publicados durante a ditadura militar no Brasil de 1964 – sobretudo durante as três primeiras fases – cuja principal diferença com as outras duas tendências é a ausência da verdade narrativa empírica, mesmo sem abandonar o compromisso com a realidade histórica.

Neste texto, ainda que de forma esboçada, abordaremos essa noção de testemunho nos romances de Benedicto Monteiro.

O Testemunho em *Verde Vagomundo*, de Benedicto Monteiro

Sobre o primeiro romance de Bené, Benedito Nunes afirmou numa recensão publicada em Portugal em 1973, que antes desse romance seria difícil apontar


um romance que, rompendo com as limitações do regionalismo, integre, numa narrativa universalmente representativa, o mais característico e o mais peculiar tanto do meio físico e cultural quanto do estado das relações humanas, inclusive sociais e políticas, numa região quase sempre desgastada pela má literatura (1973, p.94)

Benedito Nunes encerra a recensão afirmando que Benedicto Monteiro escrevera o “primeiro romance contextual sobre a Amazônia” (1973, p.95). Entendendo que esta afirmação também pode ser estendida para toda a trilogia (ou mesmo para tetralogia amazônica), podemos afirmar que Benedicto Monteiro escreve a primeira obra em que a Amazônia não é apenas um repositório de mitos e lendas e detentora de fauna e flora exótica, mas sim inserido num contexto amplo de realidade política, econômica, social e cultural – ou mais especificamente: num contexto internacional de Guerra Fria e nacional de Ditadura Militar².

É dessa forma que sua obra se apresenta como um testemunho da Amazônia. Embora não seja uma transcrição de *falas fidedignas* de pessoas/personagens da Amazônia narrando fatos que *realmente tenham ocorrido*, ela contempla diante desse contexto um debate sobre os problemas próprios da região (a exploração ambiental, a voragem capitalista, a chegada do progresso predatório, a instalação de grandes projetos para a região, o isolamento e insulamento vivido pelo homem da Amazônia, etc.). Em vez de uma narrativa submetida à verdade, como nos testemunhos de Rigoberta Menchu³ ou mesmo no polêmico caso de fraude do pacto testemunhal

² Vale ressaltar que Dalcídio Jurandir também não produziu romances em que a Amazônia fosse apenas um repositório de mitos e lendas e detentora de fauna e flora exóticas, mas também com seus problemas socio-político-econômicos. O que difere aqui é a contextualização dessa Amazônia por Benedicto Monteiro ao retratar esses mesmos problemas o insere em um contexto nacional e internacional.

³ Refiro-me ao romance que se tornou paradigmático para o Testimonio *Yo soy Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia*, de Rigoberta Menchú. Relato coletado, transcrito e editado por Elisabeth Burgos Debray.




de Benjamin Wilkomirski⁴, o testemunho de Benedicto Monteiro em seus romances é atravessado por um mascaramento ficcional de um narrador letrado em contraponto a um discurso narrativo com “el efeito de oralidad/verdade” (ACHUGAR, 1992, p. 75). Assim, de alguma forma, os romances não se inscrevem no crivo da verdade histórica, mas conforme narram fatos ficcionais próximos da realidade amazônica e recortados de um contexto histórico-político conhecido pelo autor, reencontram ou reescrevem a própria ideia de verossimilhança e testemunho. A relação com o real é atravessada pelo carácter de urgência e os romances integram uma rede de narrativas polvilhadas pelo país, escritas com vistas a essa mesma urgência.

No romance *Verde Vagomundo* (1991 [1972]), o primeiro da Tetralogia, um ex-militar que retorna para Alenquer com a finalidade de vender suas terras e é surpreendido por ocorrências internacionais, como a morte do presidente norte-americano John Kennedy, pela ocorrência do Golpe Militar de 31 de Março de 1964 e por outras notícias nacionais e internacionais que escuta em seu rádio transistor. Nesse romance, podemos destacar como importantes para o dispositivo de testemunho em carácter de urgência a instauração do Inquérito Policial Militar em Alenquer e a peripécia quixotesca que resulta na desobediência à proibição de soltar fogos de artifício durante a festividade de Santo Antonio na “praça de guerra” instalada na cidade.

Nesse romance, a chegada da comitiva de militares à cidade de Alenquer ocorre semanas ou no mês seguinte ao Golpe de 64. Os militares tinham como finalidade “apurar a corrupção e a subversão no município” (1991, p.178). Segundo Claudia Paiva Carvalho, em sua tese de doutorado sobre direito e autoritarismo no período entre o Golpe e a Constituição de 1967, “os IPMs procuravam provar a existência de uma movimentação comunista” (2013, p.79). Segundo Erika Wanderley, após o segundo ato institucional,

estes inquéritos constituíram um mecanismo legal para a busca sistemática de segurança absoluta e a eliminação do inimigo interno, tornando-se uma fonte de poder de fato para o grupo de militares designados para chefiar ou coordenar suas investigações (2009, p.08).

⁴ Refiro-me ao romance “Fragmentos - Memórias de uma Infância 1939-1948” inicialmente apresentado como relato testemunhal verdadeiro sobre a infância do autor, foi anos depois desmascarado por se tratar de uma farsa, tendo o autor visitado campos de concentração apenas como turista. Remeto o leitor interessado a duas resenhas escritas por Márcio Seligmann-Silva sobre o livro. Na primeira, o professor tece elogios a obra que seria “um dos exemplos máximos” da Literatura de Testemunho sobre a Shoah (SELIGMANN-SILVA, 1998, p.20), já na segunda, após ser revelada a farsa em que se sustentava o romance de Benjamin/Bruno, Seligmann-Silva põe em pauta a importância do aspecto ético do testemunho.




A quantidade de IPMs que pontilhou todo o território nacional na primeira fase da Ditadura foi tão grande que essa fase poderia ser chamada de “época dos IPMs” – conforme afirmou Nelson Werneck Sodré (1986, p.45).

No romance, entretanto (ou como ocorria no momento histórico), a comitiva militar instaura um IPM dentro da estratégia caça às bruxas do regime recém instaurado, em vez de investigar um crime específico, visava interrogar as pessoas para encontrar (de algum modo) motivos para incriminar alguém ou algumas pessoas por subversão.

O primeiro a depor na comissão, Jorge Abdala, afirma aos militares encarregados do inquérito que algumas determinadas pessoas fazem parte de “um vasto plano subversivo com ramificação em todo o país”. Isso poderia ser comprovado devido à quantidade de “armas, munições e explosivos” comprados há pouco tempo no comércio local, cuja finalidade seria instalar “um foco de guerrilha na selva amazônica”. Jorge acusa ainda o pirotécnico da festividade, a personagem Miguel dos Santos Prazeres, de ser o responsável por parte do “plano subversivo” devido à quantidade de pólvora adquirida no comércio da cidade. Acusa também outros personagens de envolvimento, comprando “grande quantidade de armamentos, principalmente terçados, rifles e munições”, recrutando homens e financiando o projeto subversivo (MONTEIRO, 1991, p.187-8).

Cabe aqui explicar a confusão (proposital ou não) feita por Jorge Abdala. O período que antecede a festa de Santo é também o período que antecede a safra extrativista. É necessário, portanto, recrutar trabalhadores e municiá-los com terçados para as atividades próprias do ofício e com rifles para se proteger de animais selvagens. Já Miguel precisava pagar uma promessa feita ao santo padroeiro da cidade. Ele havia recebido de herança de um padrinho dinheiro obtido como jagunço no nordeste Brasileiro e a obrigação de continuar o legado de bandido, tornando-se o maior justiceiro da Amazônia. Para livrar-se da sina, Miguel promete a Santo Antônio comprar toda a herança recebida com fogos para soltar na festividade.

A promessa, entretanto, é colocada em risco, pois a comitiva militar, após ouvir as acusações e como medita preventiva, resolve proibir a queima de fogos durante toda a novena. Miguel refugia-se na mata, não aparece para dar depoimento e, no dia de Santo Antonio, no alto de morro no centro da cidade, queima numa só noite os fogos que seriam



para todas as noites de festividade. Enquanto os fogos pipocavam no ar, os militares ficavam assustados diante de tantos fogos, tanto barulho e tanta luz. Na conclusão do IMP, trecho publicado no segundo romance, o Coronel encarregado escreveu a respeito do ocorrido que

fomos surpreendidos pela irrupção de um foco rebelde no amanhecer do dia do Círio. A praça de guerra, instalada pelos rebeldes [...] era municuada unicamente por fogos de artifício. [...] tal municuamento [...] era de extraordinário significado psicológico dentro do contexto da guerra de guerrilha. [...] Antes de ordenar qualquer ataque, convidamos os rebeldes a se renderem [...] Em resposta, os rebeldes queimaram um fogo de artifício (1997, p.70)

Nos romances seguintes, também podem ser lidos nesse mesmo sentido: a pesquisa e o levantamento sismográfico para a instauração de um grande projeto na Amazônia, em *O minossouro* (1975), e o desbaratamento da equipe de pesquisadores em *A terceira margem* (1985). Tais narrações se referem diretamente ao momento político da década de 1970, sem que isso se refira a fatos que realmente ocorreram.

Esses romances de Benedicto Monteiro, especialmente os dois primeiros, são escritos e publicados sob um estado de exceção e em caráter de urgência para denunciá-lo. O teor testemunhal deriva daí, mas não só. Vale dizer que a Literatura de Testemunho “é uma face da literatura que vem à tona na nossa época de catástrofes”, como afirma Seligmann-Silva (2005). É uma forma de expressão literária com fortes vínculos (não necessariamente sendo sempre um documento do real) e com um alto compromisso ético com a realidade história e não com a verdade histórica. A narrativa de Benedicto Monteiro também se insere num amplo conjunto de texto nesse mesmo caráter de urgência, tais como: *A festa*, de Ivan Angelo; *Os Novos*, de Luiz Vilela; *Zero*, de Ignácio Loyola Brandão; *Reflexos do Baile*, de Antonio Callado; entre outros. Tais romances expressam o vínculo e o compromisso com a realidade histórica que o momento histórico-político (a Ditadura Militar) demandava.

Textos de Benedicto Monteiro

MONTEIRO, Benedicto. *Verde Vagomundo*, Belém: Cejup, 1991.

_____. *Transtempo*. Belém: Cejup, 1993.

_____. Pós-fácio À Terceira Margem. In: _____ *Como se faz um guerrilheiro: novela*. Belém: Cejup, 1995, p. 85-88.

_____. *O minossauero*. Belém: Cejup/Secult, 1997.

_____. Posfácio. In: _____. *Aquele um*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985. p. 221-223.

Referências bibliográficas

ACHUGAR, Hugo. Historias paralelas / ejemplares: La historia y la voz del outro. In: ACHUGAR, Hugo & John Beverley. *La voz del otro: Testimonio, Subalternidad y Verdad Narrativa*. Latinoamericana Editores: Lima-Berkeley, 1992. p. 61-83.

BATISTA, Suellen Monteiro. *A dor que ressoa nos contos pós-64: aspectos de uma ficcionalização do testemunho*. Dissertação de Mestrado – Programa de pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Pará. [Orientadora: Professora Tânia Sarmento-Pantoja]. Belém, 2014, 97 p.


CARVALHO, Claudia Paiva. *Intelectuais, Cultura e Repressão política na ditadura brasileira (1964-67): relações entre direito e autoritarismo*. Dissertação de Mestrado. [Orientador: Professor Doutor Cristiano Paixão]. Brasília: UNB, 2013.

DUTILLEUX, Christian. *Passagens de Testemunhos na América Latina (Che Guevara, Rigoberta Menchú e Nunca más)*. Tese de Doutorado – Departamento de letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. [Orientador: Prof Dr. Karl Eric Schöllhalmmer]. Rio de Janeiro, 2011. 130 p.

CORNELSEN, Elcio Loureiro. O Testimonio na América Latina. In: Sarmento-Pantoja, Augusto et ali (orgs). *Memória e Resistência: percursos, histórias e identidades*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2012. p. 90-102.

MARCO, Valéria de. *A literatura de testemunho e a violência de Estado*. Lua Nova: revista de cultura e política. N° 62, São Paulo: [editora?], 2004. p. 45-68.

NUNES, Benedito. *Recensão crítica a “Verde Vagomundo”, de Benedicto Monteiro*. In: Revista Colóquio/Letras: Recensões Críticas [é a editora?], n.º 14, jul. 1973, p. 94-95.



SELIGMANN-SILVA, Márcio. *História, memória e literatura*. Campinas: Unicamp, 2003.

_____. "Literatura e trauma: um novo paradigma". In: *O local da diferença. Ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução*. São Paulo: Editora 34, 2005, p. 63-80.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da História Nova*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

WANDERLEY, Erika K. da. C. *A institucionalização da Repressão Judicial na Ditadura Civil-Militar Brasileira*. Anais do Seminário Intermediário da ABCP, 2009.